



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

ENCAMINHADA NOS
TERMOS DO § 2º DO
ARTIGO 188 DO
REGIMENTO INTERNO

08 MAI 2012

Asair M. S. de
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO

Nº

1150/12

AUTOR : Deputado Hermínio Coelho - PSD

Indica a necessidade de efetuar alteração no art. 62 da Lei Complementar nº 420/2008, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o douto Plenário, indica ao Governo do Estado de Rondônia, a necessidade de efetuar alteração no art. 62 da Lei Complementar nº 420/2008, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia, e dá outras providências, conforme modelo de Projeto de Lei Complementar anexa.

Plenário das Deliberações, 03 de maio de 2012.

Hermínio Coelho
Deputado Estadual

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
Providenciado Em 15/05/2012

DJ. PALE 16/5/2012



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº
AUTOR : Deputado Hermínio Coelho - PSD			

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

Apraz-me cumprimentá-los ao tempo em que reitero votos que façamos um exitoso mandato nesta Assembléia Legislativa. Venho submeter a Vossas Considerações este Projeto de Lei Complementar, objetivando atender a categoria tão sofrida dos profissionais da educação do nosso Estado.

Trata-se de equiparação do percentual da gratificação por titulação paga aos profissionais da educação da rede estadual de ensino, prevista nos incisos I, II e III do art. 62 da Lei Complementar nº 420 de 9 de janeiro de 2008, com as que são pagas pelos demais entes (Município e União), bem como pela recente Lei Complementar aprovada por esta Casa que valorizou profissionalmente os servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Atualmente os profissionais da educação da rede pública estadual de ensino recebem a título de gratificação por titulação em cursos da área da educação, os seguintes percentuais sobre o vencimento: (Lei Complementar nº 420 de 9 de janeiro de 2008, incisos I, II e III do art. 62)

15% (por cento) - Pós-Graduação "Latu Sensu";
20% (vinte por cento) - Mestre; e
25% (vinte e cinco por cento) - Doutor.

Ocorre que o Município, que possui orçamento menor que o Estado, valoriza o professor detentor das titulações acima com os seguintes percentuais sobre o vencimento: (Lei Complementar nº 360 de 04 de setembro de 2009, art. 21)

17% (dezessete por cento) - Pós-Graduação "Lato Sensu";
30% (trinta por cento) - Mestre; e
50% (Cinquenta por cento) - Doutor.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº
AUTOR : Deputado Hermínio Coelho - PSD			

A **União**, e tomemos aqui a título exemplificativo a Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, atribui aos servidores detentores das titulações acima os seguintes percentuais, conforme anexo IV da Lei 11.097/2005.

27% (vinte e nove por cento) – **Pós-Graduação “Lato Sensu”**;
52% (cinquenta e dois por cento) – **Mestre**; e
75% (setenta e cinco por cento) – **Doutor**.

Assim sendo, é notório que os percentuais pagos aos professores da rede pública estadual estão muito abaixo em comparação com os, atualmente, pagos aos profissionais dos demais entes.

Ressaltamos que esta Casa aprovou recentemente a **Lei Complementar nº 639, de 07 de novembro de 2011**, que possibilitou a alteração do art. 3º da Resolução nº 017/2010-PGJ, que regulamenta a gratificação de capacitação prevista no inciso V do art. 17 da Lei Complementar nº 303, que atribuiu aos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia até **50% (cinquenta por cento)** sobre o salário daqueles profissionais detentores das titulações acima, bem como **até mesmo daqueles detentores de diploma de graduação desde que este não seja requisito para investidura no cargo. (Resolução 035/2011-PGJ)**

Desta forma, é justo que os percentuais previstos nos inciso I, II e III do art. 62 da Lei Complementar nº 420, de 9 de janeiro de 2008 sofram alteração, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62 A gratificação pela titulação em cursos de pós-graduação *lato sensu* e de *strictu sensu* em nível de mestrado ou doutorado, é privativa do cargo de Professor, de Psicólogo Educacional e Técnico Administrativo Educacional de Nível 3, observados os seguintes percentuais:

I – Pós-graduação *lato sensu*, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, em cursos correspondentes à área de educação, 30% (trinta por cento) do vencimento;



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº
AUTOR : Deputado Hermínio Coelho - PSD			

II – Mestrado em cursos correspondentes à área de educação, 50% (cinquenta por cento) do vencimento;

III – Doutorado em cursos da área de educação, 70% (setenta por cento) do vencimento.”

Salientamos que a presente proposição, além de motivar financeiramente a classe docente, redundará em educação de excelência, vez que teremos um corpo docente mais qualificado profissionalmente, refletindo numa sociedade mais educada, mais justa, portanto, menos violenta.

São por estas razões que peço aos meus nobres Pares que me acompanhem em mais esta iniciativa, votando favoravelmente a presente proposição.